
A politização da higiene na imprensa do Rio Grande do Sul (1875-1930)

The politicization of hygiene in the press of Rio Grande do Sul (1875-1930)

Fabiano Quadros Rückert*

Resumo

O artigo analisa a politização da higiene na imprensa do Rio Grande do Sul nas décadas finais do Império e na Primeira República. O uso do serviço de Asseio Público como técnica de coleta e descarte das “materias fecaes” e a demanda por redes de esgoto, assim como o envolvimento de médicos e engenheiros nas discussões sobre a higiene pública que estavam em curso na transição do século XIX para o XX, serão analisados a partir dos jornais *A Federação*, *Correio Mercantil*, *Diário Popular* e *Opinião Pública*. Usando a imprensa como fonte documental, o artigo aborda a posição dos respectivos jornais sobre as práticas de higiene nas cidades de Porto Alegre e Pelotas, destacando as críticas ao trabalho do governo na promoção de obras e serviços de saneamento.

Palavras-chaves: imprensa, politização da higiene, Rio Grande do Sul.

Abstract

The article analyzes the politicization of hygiene in the press of Rio Grande do Sul in the final decades of the Empire and the First Republic. The use of Public tidiness service as collection and disposal technique of “materials fecaes” and the demand for sewer networks, as well as the involvement of doctors and engineers in discussions about public hygiene that were underway in the late nineteenth century to XX, will be analyzed from the newspaper *The Federation*, *Correio Mercantil*, *People’s Daily* and *Public Opinion*. Using the media as a documentary source, the article deals with the position of the respective newspapers on hygiene practices in the cities of Porto Alegre and Pelotas, highlighting the critical work of the government in promoting works and sanitation services.

Keywords: press, politicization of hygiene, Rio Grande do Sul.

*Doutor em História. Professor da UFMS – Campus Pantanal. E-mail: fabianoqr@yahoo.com.br

Introdução

Ao longo das últimas décadas, a higiene pública foi contemplada em diversos estudos que abordam a história das doenças e a história da saúde pública no Brasil. A valorização da higiene na perspectiva dos historiadores pode ser observada em diversos estudos focados na urbanização das cidades brasileiras. Na bibliografia nacional, autores como Luz,¹ Costa,² Benchimol³ e Chalhoub,⁴ realizaram pesquisas explorando as relações entre o saber médico, a higiene pública e a modernização do espaço urbano no Rio de Janeiro. Na condição de capital nacional, a cidade do Rio de Janeiro recebeu uma atenção especial das autoridades políticas, tanto no Império, quanto na Primeira República.

No Império, a presença da Corte no Rio de Janeiro influenciou no processo de urbanização da capital que recebeu importantes obras para o abastecimento de água e para coleta e descarte do esgoto.⁵ O rápido crescimento demográfico ocorrido no Rio de Janeiro ao longo do século XIX e a importância econômica, política e cultural que a cidade alcançou, possibilitaram o surgimento precoce da discussão médica sobre as relações entre a saúde e a higiene pública na capital do Império. E conforme demonstram os estudos de autores como Edler,⁶ Coelho⁷ e Sampaio,⁸ a preocupação dos médicos com a salubridade na capital imperial era parte de um processo de fortalecimento e normatização da medicina enquanto saber científico e, ao mesmo tempo,

¹ LUZ, Madel. *Medicina e ordem política brasileira*. Políticas e Instituições de Saúde. Rio de Janeiro: Editora Grall, 1982.

² COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário*. Origens das políticas de saúde no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

³ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

⁴ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵ MARQUES, Eduardo Cesar. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, Vol. II, n. 2, Jul.-Out., 1995, p. 51-67. ALMEIDA, Gilmar Machado de. *A domesticação da água: os acessos e os usos das águas no Rio de Janeiro entre 1850 e 1889*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

⁶ EDLER, Flávio Coelho. *Reformas no Ensino Médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 1992.

⁷ COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais*. Medicina, Engenharia e Advocacia. 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁸ SAMPAIO, Gabriela dos reis. *Nas trincheiras da cura*. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

era um componente importante no discurso de controle social construído pelas elites.

Na Primeira República, a politização da higiene na capital nacional foi intensificada com a criação de leis e instituições sanitárias voltadas especificamente para o Distrito Federal e o uso de recursos da União Federal no saneamento do Rio de Janeiro.⁹ Com base na bibliografia consultada, podemos afirmar que a valorização da higiene pública na imprensa, nas instituições de ensino, nos textos acadêmicos e na própria agenda do poder público, não pode ser dissociada dos interesses defendidos por médicos e engenheiros.

Diante do que foi exposto como introdução ao tema, e considerando as particularidades políticas, demográficas e econômicas da antiga capital nacional, entendo que as discussões sobre a higiene pública e as experiências de transformação do espaço urbano ocorridas no Rio de Janeiro, no contexto de transição do século XIX para o XX, não podem ser tomadas como parâmetro para uma história da politização da higiene no Brasil. No entanto, estas discussões oferecem uma pauta a partir da qual é possível pensar temas como o controle das doenças contagiosas, a limpeza pública, os serviços de saneamento, a higiene das habitações, as práticas de profilaxia e o efeito das epidemias no comportamento do governo e da sociedade.

As pesquisas que abordam a higiene pública e a urbanização no Rio de Janeiro no Império e na Primeira República oferecem a possibilidade de aplicação do conceito de “ideologia da higiene”, usado por Sidney Chalhoub na obra *Cidade Febril*. Segundo este autor, a transformação da higiene em ideologia ocorreu sob a influência da teoria dos miasmas e foi marcada pelos seguintes aspectos:

Em primeiro lugar está a ideia de que existe “um caminho da civilização”, isto é, um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” que teria validade para qualquer “povo”, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio. Em segundo lugar, há a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a “grandeza” e a “prosperidade” dos “países mais cultos” seria a solução dos

⁹ Os objetivos e consequências das intervenções sanitárias no Rio de Janeiro da Primeira República foram abordados por diversos autores, dentre os quais importa destacar (por ordem cronológica de publicação): LUZ, op. cit. COSTA, op. cit. BENCHIMOL, op. cit. KROPF, Simone. Sonhos da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. In: HERSCHMANN, et. al. (Orgs.). *Missionários do Progresso: Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, p. 69-155, 1996. SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da vacina: Mentes insanas em corpos rebeldes*. Scipione, São Paulo, SP, 2001. PAMPLONA, Marcos. A revolta era da Vacina? In: SCLYAR, Moacir (et. al.). *Saúde pública: histórias, políticas e revolta*. São Paulo: Scipione, 2002.

problemas de higiene pública. O resultado dessas duas operações mentais é o processo de configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia [...].¹⁰

Corretamente, Chalhoub reconheceu as relações entre a desejada modernização do Brasil, o saber médico, e a difusão das práticas de higiene, sobretudo na capital imperial. O mesmo autor destacou a responsabilização dos pobres pelas epidemias e pelas precárias condições sanitárias do Rio de Janeiro no final do século XIX como parte da “ideologia da higiene”. Sem desconsiderar a importância da obra *Cidade Febril*, acredito que existe a necessidade de avançarmos na problematização da higiene pública na história do Brasil. Penso especificamente em duas questões tangenciadas na obra de Chalhoub:¹¹ (1) Como os problemas de higiene pública foram percebidos e discutidos pela sociedade brasileira? (2) E qual o papel da imprensa na apresentação e discussão dos assuntos referentes à higiene pública? Para explorar as duas questões apontadas, proponho usarmos o conceito de politização da higiene – aqui entendida como processo de aplicação dos preceitos higiênicos nas práticas sociais e no ambiente urbano – para analisar um conjunto de textos jornalísticos que registram problemas de higiene pública nas cidades sul rio-grandenses e discutem as ações do governo voltadas para o enfrentamento dos respectivos problemas.

A primeira seção do artigo aborda a posição do jornal *A Federação* a respeito do problema das “materias fecaes” em Porto Alegre – problema que incluía o funcionamento do Serviço de Asseio Público e as discussões suscitadas durante o planejamento e construção da rede de esgoto na capital do Rio Grande do Sul. A segunda seção analisa as questões de higiene pública em Pelotas a partir de textos publicados pelos jornais *Correio Mercantil*, *Diário Popular* e *Opinião Pública*.

O jornal *A Federação* e o problema das “materias fecaes” em Porto Alegre

O jornal *A Federação* foi criado em 1884 e surgiu como órgão de propaganda oficial do Partido Republicano Sul Rio-Grandense (PRR). A relação dos

¹⁰ CHALHOUB, op. cit., p. 35.

¹¹ Convém esclarecer que não podemos esperar de um historiador uma abordagem que não estava prevista nos objetivos da sua pesquisa. Neste sentido, importa reconhecermos que na obra *Cidade Febril*, Sidney Chalhoub estava interessado em compreender a construção da “ideologia da higiene” e as suas manifestações na capital imperial, a partir de fatos como a guerra contra os cortiços, as epidemias de febre amarela e as campanhas de vacinação contra a varíola. Considerando os objetivos fixados, o recorte espacial e cronológico e as fontes documentais consultadas, sua obra alcançou êxito e tornou-se um clássico nos estudos sobre a história das relações entre a higiene pública, as doenças e a urbanização no Brasil.

editores com o PRR influenciou na pauta de assuntos e nas interpretações sobre a política publicadas no periódico. Nos anos finais do Império, a crítica ao governo imperial e a discussão de questões como a abolição e o centralismo da monarquia ocuparam espaço destacado nas páginas deste jornal; posteriormente, a partir da Proclamação da República, a defesa das ideias e práticas do PRR e o ataque aos grupos políticos de oposição tornaram-se marcas do periódico.

Considerando a imprensa sul rio-grandense da época, podemos afirmar que *A Federação* seguiu o modelo jornalístico que estava em curso no Rio Grande do Sul no final do século XIX. Neste, os periódicos “variariam seus comportamentos e estratégias discursivas, mas, em sua grande maioria, demonstrariam desde afeição até uma convicta e doutrinária pregação partidária”.¹²

Editado pelo PRR, *A Federação* era um jornal partidário e, consequentemente, estava comprometido com o grupo político que assumiu o governo estadual em 1889. Pela sua natureza institucional, a fonte documental destacada nesta parte do texto, oferece pouca margem para a crítica ao trabalho do PRR na área da higiene pública, mas em contrapartida, nos permite explorar as representações sociais construídas pelos líderes republicanos sul rio-grandenses sobre as questões referentes à higiene.¹³

Partindo da premissa de que os vínculos entre o governo e *A Federação* influenciaram nas representações sobre a higiene registradas no respectivo jornal,¹⁴ e considerando que o tema higiene é demasiado amplo, procurei reduzir a escala de análise para explorar a posição do jornal diante do problema das “materias fecaes” na cidade de Porto Alegre. O problema selecionado para análise pode ser descrito da seguinte forma: o descarte dos dejetos humanos em vias públicas, terrenos baldios ou no fundo dos quintais comprometia a salubridade da cidade, preocupava as autoridades sanitárias e incomodava

¹² ALVES, Francisco das Neves. O periodismo gaúcho no século XIX: breves impressões históricas. *Biblos*, 23 (2), 2009, p. 147.

¹³ Segundo Denise Jodelet, as representações sociais “[...] expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado. Estas definições partilhadas pelos membros de um grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas – trata-se das funções e da dinâmica sociais das representações”. JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 03.

¹⁴ A existência de vínculos entre a imprensa e o poder político no Brasil, e a influência destes vínculos na definição dos temas prioritários e na construção da linguagem jornalística foi analisada por Marialva Barbosa, na sua Tese de Jornalismo, intitulada *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920*. A Tese originou o livro *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

os cidadãos adeptos da higiene.¹⁵ Para evitar os riscos decorrentes dos miasmas gerados pelas “materias fecaes”, na década de 1850 a municipalidade regulamentou os locais e horários para despejo dos cubos e, posteriormente, implantou o Serviço de Asseio Público fixando as condições para que empresas privadas realizassem a coleta, descarte e limpeza dos cubos.¹⁶

Apesar de sinalizar uma intervenção importante do governo nas práticas de higiene da população porto-alegrense, a implantação do Asseio Público na área central da cidade, ocorrida em 1872, não solucionou completamente o problema. A adesão ao serviço de remoção e limpeza dos cubos era facultativa e, conseqüentemente, muitos proprietários de imóveis continuaram usando as práticas tradicionais de descarte.

A primeira matéria publicada no jornal *A Federação* sobre os despejos fecais em Porto Alegre, foi escrita pelo autor da coluna *Cousas Municipaes*¹⁷ e publicada no dia 17 de abril de 1884. No texto, ele informa ter recebido reclamações de moradores da “praça da Harmonia” protestando contra a ponte que estava sendo construída nas proximidades do local, para despejo das “materias fecaes”; em resposta, o colunista expôs sua opinião sobre o assunto.

Acho grande difficuldade para resolver este problema. Este serviço tem por força de ser feito e ninguém o quer a porta da sua casa. Tenho percorrido todo o litoral a ver se acho lugar onde se possa fazer este serviço sem incommodar ninguém e quanto mais diligencio menos encontro.

O lugar onde está construída a ponte é o mais saliente para o lado do rio, é justamente na ponta do ângulo. Se o serviço continuar a ser bem feito, como tem sido até aqui, talvez que, levando em conta o cumprimento da ponte, a lavagem dos cubos possa ser feita sem incommodar a vizinhança; mas se ainda assim, as exalações vierem até às casas da praça da Harmonia, tereis de lançar mão do único remédio possível, que é mandar fazer despejo e lavagem dos tubos em uma barca, na margem direita do rio, nas proximidades da ilha fronteira.¹⁸

¹⁵ RÜCKERT, Fabiano Quadros. O problema das águas poluídas na cidade de Porto Alegre (1853-1928). *Diálogos* (Maringá. Online), v. 17, n.3, p. 1145-1172, set.-dez./2013. <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=763&path%5B%5D=pdf_606>

¹⁶ ÁVILA, Vladimir Ferreira de. *Saberes históricos e práticas cotidianas sobre o saneamento: desdobramentos na Porto Alegre do século XIX (1850 - 1900)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

¹⁷ O autor da coluna *Cousas Municipaes* usava o pseudônimo de *Fiscal Honorário*. O nome verdadeiro do autor era Felicíssimo Manoel de Azevedo, um dos membros do Partido Republicano Rio-Grandense. Azevedo permaneceu no governo de Porto Alegre no período de 22 de janeiro de 1890 a 21 de novembro de 1891. Diplomado em Odontologia, ele também foi soldado na luta contra Rosas, foi ourives e comerciante na cidade de Jaguarão. BAKOS, Margaret M. Política na sala de visitas (1897-19387). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (Orgs.). *República Velha (1889-1930)*. Volume 3, Tomo 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 182.

¹⁸ *A Federação*. *Cousas Municipaes*. 17 de abril de 1884. (BNRJ-HD)

A ideia de usar uma barca para transportar os cubos do Asseio Público para um local distante da área central da cidade foi discutida pela municipalidade, mas não foi executada. E diante da persistência do descarte das “materias fecaes” em vias públicas, terrenos baldios e quintais, a Câmara Municipal de Porto Alegre intensificou as “visitas sanitárias” para coibir práticas consideradas anti-higiênicas e nocivas para a salubridade da população.

Outro recurso acionado pela municipalidade foi a publicação na imprensa de Posturas Municipais voltadas especificamente para a questão da higiene pública. Na pesquisa realizada, constatei que o jornal *A Federação*, além de publicar as Posturas Municipais, noticiava com frequência os dados coletados pelas “visitas sanitárias” realizadas na capital do Rio Grande do Sul. Os leitores interessados nas condições da salubridade urbana da cidade poderiam saber quantos imóveis estavam servidos pelo Asseio Público e quantos terrenos necessitavam de limpeza em cada uma das seções da cidade.¹⁹

Em 1886, diante do risco de uma nova epidemia de Cólera em Porto Alegre,²⁰ ocorreu uma intensificação das “visitas sanitárias” na capital do Rio Grande do Sul. Neste ano, o serviço de visitação ficou ao encargo das Comissões de Quarteirão, sendo cada uma delas composta por funcionários da municipalidade e por um médico colaborador indicado pelo Presidente da Junta de Higiene. Para orientar o trabalho das Comissões de Quarteirão, o presidente da Câmara Municipal recomendou:

Que as visitas domiciliaries se façam extensivas a todos os prédios do quarteirão, estejam ou não ocupados, e sirvam de habitações particulares, collégios, hotéis, estalagens, fábricas e estabelecimentos de qualquer espécie, casas de caridade e de negócios de toda natureza, cocheiras, cortiços e etc. [...]

Que em relação as multas em que entenderem as commissões incorrerem os infractores dos preceitos higiênicos, devem ellas dar sciencia do fato á Junta ou a Câmara, segundo a corporação a quem couber impor a penalidade, indicando os nomes dos infractores e a natureza da falta commetida. [...]

¹⁹ Segundo Weber, a imprensa porto-alegrense “aprovava as medidas adotadas pela municipalidade através das posturas, reproduzindo os mesmos argumentos dos médicos e inspetores, mesmo que acarretasse problemas para os habitantes da cidade”. WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de Posturas e Regulamentação do Convívio Social em Porto Alegre no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992, p. 12-13.

²⁰ A primeira epidemia de Cólera atingiu Porto Alegre em 1855; nesta ocasião, a doença provocou um grande impacto na percepção da sociedade sobre a higiene pública e vitimou cerca de 10% da população porto-alegrense. WITTER, Nikelen Acosta. *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_WITTER_Nikelen-S.pdf>.

Que dos seus trabalhos e resoluções as comissões transmitam noticia á imprensa. [...].²¹

Mesmo não sendo uma medida de consenso entre os médicos da capital, as “visitas sanitárias” sinalizam um avanço na decisão do poder público de submeter o espaço urbano a uma rigorosa e sistemática vigilância – rigorosa porque resultaria em multas para os “infractores dos preceitos higiênicos”, e sistemática porque seria organizada a partir dos quarteirões e subordinada à Junta de Higiene e à Câmara Municipal. Interferindo no espaço das propriedades privadas, o poder público porto-alegrense buscava coibir práticas sociais nocivas à salubridade urbana e seguia um procedimento comum nas cidades brasileiras da época. E, ao publicar os resultados obtidos com as “visitas sanitárias”, ele reforçava o processo de politização da higiene, na medida em que ampliava a possibilidade de adesão da sociedade aos preceitos higiênicos defendidos por médicos e engenheiros.²²

O empenho das autoridades para promover o controle das práticas de higiene no âmbito das propriedades particulares e nos espaços públicos (ruas e praças) era um assunto constantemente noticiado no jornal *A Federação*.²³ Os diversos textos registrando protestos contra os despejos fecais nas vias públicas, nos quintais, no terreno do “Quartel do Oitavo Batalhão”,²⁴ ou em outros pontos considerados inadequados pela Câmara Municipal, são evidências de que o serviço particular de remoção de cubos estava restrito a uma pequena parcela da população. E mesmo entre os proprietários de imóveis que pagavam pelo Asseio Público, existiam relações sobre a eficiência do respectivo serviço. No dia 10 de abril de 1885, o jornal publicou uma nota registrando a reclamação dos usuários:

²¹ *A Federação*, s/ título, 17 de dezembro de 1886. (BNRJ-HD)

²² Revisar a ampla bibliografia existente sobre as intervenções do poder público nas práticas sociais referentes à higiene excede os objetivos do artigo. No entanto, consideramos pertinente enfatizar que estas intervenções foram respaldadas no saber científico de médicos e engenheiros sanitaristas. Inicialmente, elas foram influenciadas pela teoria dos miasmas e, posteriormente, pela valorização da microbiologia. Neste sentido, é interessante observarmos que tanto no Império, quanto na Primeira República, ocorreram manifestações de rejeição e resistência aos preceitos higiênicos defendidos pela comunidade científica e pelo governo.

²³ A publicação no jornal *A Federação* dos resultados das “visitas sanitárias” incluía a descrição das “intimações” e de “multas” emitidas pelos fiscais da Junta de Higiene. As “intimações” eram mais frequentes do que as “multas”, fato que indica uma disposição do poder público em conceder um prazo para que os proprietários de imóveis providenciassem medidas higiênicas como a remoção do lixo dos quintais, o aterramento das “águas estagnadas”, o concerto dos canos de escoamento das águas pluviais, ou a instalação de cubos adequados para o recolhimento das “materias fecaes”.

²⁴ *A Federação*. Causas Municipaes, 24 de agosto de 1884, p.2. (BNRJ-HD)

Temos recebidos queixas sobre o mal serviço da empresa *Asseio Público*. Os seus encarregados deixam de substituir os cubos nos dias marcados, com prejuízos e incômodos dos que pagam para que o serviço seja feito regularmente. Fica externada a reclamação.²⁵

Na década de 1880, havia uma expectativa pela construção de uma rede de esgoto e a imprensa porto alegreense acompanhou com interesse as notícias sobre este assunto. Em 1887, diante da iniciativa do governo provincial para construir redes de esgoto para as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, os republicanos usaram o jornal *A Federação* para criticar o procedimento encaminhado pelo governo.²⁶ Na opinião dos membros do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), o governo provincial estava cometendo um erro ao aceitar receber propostas para construção das redes de esgoto sem a realização de estudos sobre a topografia e composição do solo.

A “Sociedade Medico-cirurgica Rio-grandense” também manifestou preocupação com a possibilidade da construção da rede de esgoto em Porto Alegre. Em um *Parecer* sobre a “questão dos esgotos”, publicado no jornal *A Federação*,²⁷ os membros desta sociedade destacaram a existência de divergências entre os higienistas europeus a respeito dos benefícios ou prejuízos das redes de esgoto, e advertiram para o risco das “materias fecaes” acumuladas nos canos produzirem miasmas e transmitirem doenças.²⁸ O conteúdo do *Parecer* registra a influência da teoria miasmática no pensamento dos médicos da época e, ao mesmo tempo, aponta para a existência de dúvidas sobre a eficiência das redes coletoras de esgoto.

Com a Proclamação da República e as agitações políticas que marcaram o começo do regime republicano no Rio Grande do Sul, a iniciativa do governo para prover as principais cidades de redes de esgoto foi abandonada. No entanto, a demanda pela construção de esgotos subterrâneos em Porto Alegre, permaneceu nas páginas da imprensa local.

Sem possuir recursos necessários para prover a cidade de uma rede de esgoto, a municipalidade recorreu ao auxílio da Sociedade de Medicina, buscando a indicação de um local para realizar os despejos sem comprometer a salubridade da população. O assunto foi estudado por uma Comissão Médica que recomendou a construção de uma ferrovia para transportar os cubos do

²⁵ *A Federação*. s/ título, 10 de abril de 1885, capa. (BNRJ-HD)

²⁶ *A Federação*. Saneamento das Cidades. 26 de março de 1887, capa. (BNRJ-HD)

²⁷ Este *Parecer* foi publicado pelo jornal *A Federação* em quatro partes, nas respectivas datas: 28, 30 e 31 de maio e 01 de junho de 1887. (BNRJ-HD)

²⁸ RÜCKERT, Os médicos e a higiene pública, op. cit., p. 74-90.

Asseio Público para fora dos limites urbanos e sugeriu que os despejos fossem realizados na Ponta do Dionísio. A partir desta sugestão, a Intendência empenhou-se na construção da chamada Ferrovia do Riacho, reconhecendo na obra um investimento necessário para a salubridade da população.

Nas páginas do jornal *A Federação*, localizei uma única objeção à construção da ferrovia. A objeção partiu do cidadão Felicíssimo de Azevedo – o mesmo autor da coluna *Cousas Municipaes*. Em um texto publicado no dia 26 de março de 1894, Azevedo considerou incoerente investir recursos numa ferrovia para afastar os despejos de “materias fecaes” do centro da cidade. Ele defendeu a construção da rede de esgoto subterrânea como medida indispensável para a salubridade de Porto Alegre. Segundo Azevedo, a ameaça para a saúde da população não estava no local do despejo e lavagem dos cubos do Asseio Público; mas sim, no destino das águas de uso doméstico (as águas da cozinha, dos banhos e da lavagem das roupas).

Das oito mil habitações da cidade, mais de seis mil não têm cannos apropriados para taes misteres. As águas de sabão da lavagem da roupa mescladas com os excrementos dos bebês, e dos vasos que servem as materias fecaes, vão ser espalhadas por baixo das casas, produzindo um foco de miasmas mortíferos, que servem para alimentar os micróbios de toda a espécie, para germinar toda sorte de moléstias. E como combater os males que ahi ficam apontados? Não há outro remédio senão o encanamento subterrâneo. [...].

Não há que regatear sacrifícios, venha o exgotto subterrâneo, custe o que custar; só elle pode remediar o mal; enquanto elle não estiver concluído, vamos fazendo o serviço como está sendo feito, que é o melhor que se pode imaginar.²⁹

A posição de Azevedo, parcialmente destacada na citação anterior, apesar de ser uma exceção na fonte documental consultada, não pode ser diminuída na sua importância. Como ex-vereador e ex-intendente da Porto Alegre, Felicíssimo de Azevedo estava consciente das limitações orçamentárias da municipalidade e considerava a construção da ferrovia um empreendimento financeiramente arriscado e de benefícios sanitários discutíveis. Na opinião deste cidadão, a construção da rede de esgoto deveria ser a prioridade da Intendência. No entanto, a municipalidade decidiu investir na construção de uma ferrovia para afastar os despejos do Asseio Público da área central da cidade e intensificou o trabalho de fiscalização dos imóveis existentes no perímetro urbano. Os resultados da fiscalização, realizada pela Diretoria de Higiene, eram publicados em pequenas notas no jornal *A Federação*. Vejamos

²⁹ *A Federação*. Exgottos subterrâneos. 26 de março de 1894, capa e p. 2. (BNRJ-HD)

o conteúdo de uma das muitas notas publicadas pela Intendência sobre “as visitas sanitárias”.

Foram intimados: José Jorge, morador à rua General Canabarro, para no prazo de 5 dias, providenciar para que o cubo de materias fecaes tenha modelo igual ao usado pela empresa de Asseio Público, e que os despejos sejam feitos nas horas designadas no artigo 49 das posturas, sob pena de 10\$000 de multa. Os moradores dos cortiços à rua Vigário José Ignacio, n. 126, para não continuarem a fazerem despejos de materias fecaes nas ruas, sob pena de 8\$000 de multa, conforme dispõe o artigo 49 das posturas, 2ª parte. A directora do Collegio N. S. dos Anjos, à rua Vigário José Ignacio, para aumentar o número de cubos, visto a deficiência dos que tem para a serventia do grande número de allunas. [...].

A 9ª seção, composta das ruas Riachuelo, Vasco Alves, General Salustino e Travessa Paysandú, contém 558 habitações, 29 desocupadas e 4 em construção, com 2.659 habitantes: 312 habitações têm o serviço da empresa de Asseio Público e 224 não o têm.³⁰

As informações registradas na citação acima, apesar de restritas a uma parte específica da cidade (a 9ª seção), são evidências de que a Intendência buscava a visibilidade das suas ações em prol da higiene e, ao mesmo tempo, legitimava estas ações usando as Posturas Municipais e procedimento da advertência prévia, antes da aplicação das multas. Cabe acrescentar que a exposição dos intimados (pelo nome ou pelo endereço do imóvel) produzida pelas notas descritivas das “visitas sanitárias”, não deve ser diminuída na sua importância. Ao expor os infratores dos preceitos higiênicos desejados pelas autoridades sanitárias, a municipalidade estava reforçando o processo de politização da higiene – processo que envolvia interesses públicos e privados.

Fiscalizar as condições higiênicas dos imóveis e ampliar a adesão da população ao serviço de Asseio Público eram dois desafios para a Intendência de Porto Alegre. Outro desafio era a definição do local adequado para o despejo dos cubos com “materias fecaes”. Como sabemos, a discussão sobre os despejos surgiu nas décadas finais do Império e permaneceu inacabada nos primeiros anos da República. Durante estas discussões, médicos, engenheiros e políticos apresentaram diferentes opiniões sobre o assunto. Por fim, prevaleceu a ideia da construção de uma ferrovia para conduzir os cubos do Asseio Público – com todos os micróbios, doenças e odores que eles concentravam – para longe do perímetro urbano.

Em 1893, a Intendência iniciou as obras da Ferrovia do Riacho. Inicialmente, a intenção da municipalidade era realizar o despejo dos cubos

³⁰ A Federação. Secção de Hygiene e Assistência Social. 12 de junho de 1893, p. 2. (BNRJ-HD)

do Asseio Público no local conhecido como Ponta do Dionísio, mas no decorrer das obras, a ferrovia foi direcionada para a Ponta do Melo.³¹ Diante de adversidades de ordem financeira, técnicas e jurídicas, a construção da Ferrovia do Riacho prolongou-se por mais tempo do que o previsto, sendo concluída em 1898, quando passou a ser usada para transporte dos cubos do Asseio Público até a Ponta do Melo, local de despejo e limpeza dos respectivos cubos.³²

Nos anos finais do século XIX, a municipalidade investiu na realização de estudos para a construção da rede de esgoto e criou a Comissão Municipal de Saneamento.³³ Sob a coordenação do engenheiro Francisco Brasiliense da Cunha Lopes, a Comissão iniciou experiências para avaliar a eficiência das fossas sépticas e para decidir sobre o uso delas nas obras de saneamento da capital. O jornal *A Federação* publicou diversos textos noticiando o andamento das experiências realizadas no Depósito da Intendência e chamou a fossa séptica testada pela municipalidade de “reservatório sanitário” e de “aparelho dissolutivo”.³⁴

Os primeiros textos publicados no jornal *A Federação* sobre o “aparelho dissolutivo”, noticiavam fatos como a presença de líderes do PRR no local dos testes, descreviam detalhes sobre o funcionamento do aparelho e apresentavam os resultados parciais obtidos; posteriormente, o assunto ganhou novo enfoque quando as experiências foram criticadas pelo Dr. Ricardo Machado, membro da Sociedade de Medicina de Porto Alegre. Em resposta, os engenheiros Dario Pederneira e Francisco Brasiliense da Cunha Lopes, membros da Comissão Municipal de Saneamento, publicaram seis textos elogiando as experiências que estavam em curso e apresentaram argumentos técnicos e financeiros que justificavam o uso das fossas sépticas.³⁵

³¹ A Ferrovia do Riacho também foi chamada na época de Estrada de Ferro do Dionísio, ou Estrada de Ferro do Mello. A coexistência dessas denominações é compreensível se considerarmos que a ferrovia foi planejada para alcançar a Ponta do Dionísio e, posteriormente, direcionada para a Ponta do Mello.

³² Machado pesquisou a relação entre a Ferrovia do Riacho, o mercado imobiliário e a expansão da área urbana na parte sul de Porto Alegre. MACHADO, Janete Rocha. História da via férrea na zona sul de Porto Alegre. *Oficina do Historiador*. Vol. 1, n. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 78-91, 2010. Huyer, abordando o mesmo tema, enfatizou a importância da obra para a manutenção da salubridade urbana na capital do Rio Grande do Sul. HUYER, André. *A Ferrovia do Riacho*. Do sanitário a modernização de Porto Alegre. Porto Alegre: EVANGRAF, 2015.

³³ Em 30 de junho de 1899, o valor aplicado nos estudos para o saneamento da cidade havia atingido 76:545\$909, deste total, o governo estadual havia contribuído com 4:447\$096. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. José Montauray de Aguiar Leitão, sessão ordinária de 1899, p.18*. (AHPAMV)

³⁴ *A Federação*. Reservatório Sanitário. 28 de julho de 1899, p. 2 – *A Federação*. Saneamento da cidade. 22 de novembro de 1899, capa. – *A Federação*. Saneamento da cidade. 06 de dezembro de 1899, capa. – *A Federação*. Higiene. Apparelho dissolutivo. 20 de dezembro de 1899, p. 2. (BNRJ-HD)

³⁵ *A Federação*. Explicação necessária. 08 de abril de 1900, capa. – *A Federação*. A Comissão e o dr. Ricardo

A *Federação* concedeu espaço destacado para os textos publicados em nome da Comissão Municipal de Saneamento. O mesmo jornal publicou a conferência realizada pelo Dr. Victor de Britto na Sociedade de Medicina de Porto Alegre.³⁶ Nesta conferência, o Dr. Britto explicou os fundamentos da “doutrina hídrica” de transmissão de doenças, abordou as discussões em curso na Europa sobre a canalização de esgotos e analisou os resultados do “aparelho dissolutivo” que estava sendo testado pela Intendência. Com base nos seus conhecimentos sobre o tema e nas observações realizadas durante as experiências em Porto Alegre, ele emitiu um parecer favorável e destacou algumas vantagens que poderiam ser obtidas com o uso do aparelho na rede de esgoto que estava sendo projetada para a capital do Rio Grande do Sul.

Em summa: a agua que saia por um tubo communicado com o aparelho era clara e inodora; os líquidos contidos no mesmo não exhalavam cheiro algum. Ora, como não há putrefacção de materias fecaes, sem a producção dos gazes pútridos, de cheiro característico e que a ninguém passa despercebido, a conclusão lógica que fui induzido a formular foi esta: dentro do “aparelho dissolutivo” não se opera a fermentação pútrida das materias fecaes.

Eis a primeira vantagem, imposta pela observação pura, por essa prova empírica [...].³⁷

A contaminação do ambiente é um dos inconvenientes de todo systema de exgottos, cuja canalização oferece aberturas atravez das quaes desprendem-se os gazes mephíticos provenientes dos processos de putrefacção das materias que n’eles transitam.

O aparelho dissolutor oferece, pois, n’este sentido, um melhoramento, um progresso real; porquanto, não só o seu funcionamento é alheio a qualquer producção de gazes mephíticos, como ainda, dada a possibilidade d’esta producção, elle constitue, em virtude de sua disposição especial, uma válvula de segurança absoluta contra o refluxo d’esses gazes para o interior das habitações.³⁸

Machado. 09 de abril de 1900, capa e p. 2. – *A Federação*. Em contestação, 10 de abril de 1900, capa. – *A Federação*. Bacteriologia e Exgottos, capa e p. 2. – *A Federação*. O Reservatório. 12 de abril de 1900, capa. – *A Federação*. A má construção dos reservatórios sanitários. 13 de abril de 1900, capa. – *A Federação*. O “reservatório sanitário” como obturador e resolvendo a questão econômica do problema. 15 de abril de 1900, capa. (BNRJ-HD)

³⁶ A Conferência do Dr. Victor de Britto foi subdividida em diversas partes publicada pelo jornal *A Federação* nas edições dos dias 03, 04, 06, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15 e 16 de abril de 1901. (BNRJ-HD)

³⁷ *A Federação*. Sociedade de Medicina. Agua e Exgotos. A Conferencia do Dr. Victor de Britto. 10 de abril de 1901, capa. (BNRJ-HD)

³⁸ *A Federação*. Sociedade de Medicina. Agua e Exgotos. A Conferencia do Dr. Victor de Britto. 11 de abril de 1901, capa. (BNRJ-HD)

A citação destacada acima é um fragmento de uma extensa conferência que, apesar de pautada em argumentos científicos, estava permeada de intencionalidades políticas e de expectativas sociais. Para os médicos, engenheiros e autoridades políticas ligadas ao PRR, o uso do jornal *A Federação* para defender a inclusão das fossas sépticas na rede de esgoto ampliava a visibilidade do trabalho da Intendência. E, para o respectivo jornal, a publicação das discussões sobre “o aparelho dissolutivo”, assim como a publicação de matérias sobre a expansão do Asseio Público, possibilitava a valorização de uma das principais demandas da sociedade porto-alegrense da época: a demanda pela higiene pública.

Nas primeiras décadas da República, a cidade de Porto Alegre apresentou um expressivo crescimento demográfico, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro I: Crescimento populacional de Porto Alegre (1890-1920)³⁹

1890	1910	1917	1920
52.421 hab.	130.227 hab.	179.053 hab.	205.000 hab.

Conforme demonstram os estudos de autores como Mauch,⁴⁰ Vargas,⁴¹ Moreira,⁴² Monteiro⁴³ e Pesavento,⁴⁴ o rápido aumento populacional ocorrido em Porto Alegre na transição do século XIX para o XX, o processo de industrialização e a crescente presença dos pobres no ambiente urbano, produziram um quadro social marcado de um lado, pela preocupação das elites e das autoridades públicas com o comportamento das “classes subalternas” e, do outro, com a necessidade de ampliar e qualificar os serviços públicos necessários para o funcionamento da cidade. Na agenda do governo, tanto o estadual

³⁹ Quadro elaborado a partir dos dados da FEE (1981, p. 94 e 127) e do Censo Municipal de 1917.

⁴⁰ MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade*. Imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz: EDUNISC, 2004.

⁴¹ VARGAS, Anderson Zalewsky. *Os subterrâneos de Porto Alegre*. Imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900-1919). Dissertação de Mestrado em História, Porto Alegre: UFRGS, 1992.

⁴² MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre na segunda metade do século XIX*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

⁴³ MONTEIRO, Charles. Urbanização e Modernidade em Porto Alegre. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História do Rio Grande do Sul: República Velha*. Volume 3. Tomo 2. Passo Fundo: Editora Méritos, 2007, p. 229-261.

⁴⁴ PESAVENTO, Sandra Jathay. *Uma outra cidade*. O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

quanto o municipal, o controle dos focos de insalubridade, o funcionamento dos hospitais, a produção de estatísticas sanitárias (via registro de doenças e óbitos) e a contenção das epidemias passam a ganhar importância.

Em 1893, foi implantado um novo Código de Posturas proibindo a construção de casas de madeira no perímetro urbano da cidade. Na prática, essa proibição dificultou a presença dos pobres na área central e contribuiu para a concentração dos “excluídos” nos cortiços e na periferia que na época correspondia ao Areal da Baronesa e na Colônia Africana. Para alcançar a ideia burguesa de uma cidade “limpa” e “civilizada”, em 1894 foi criado o cargo municipal de Fiscal de Higiene e, no ano seguinte, entrou em funcionamento um laboratório de bacteriologia e química para auxiliar no atendimento da saúde pública da capital. Em 1898, a cidade passou a contar com um serviço de Assistência Pública, voltado especialmente para o atendimento médico da população de baixa renda. Ainda na década final do século XIX, a Intendência atacou o problema das “materias fecaes” encampando o Asseio Público e construindo a Estrada de Ferro do Riacho para afastar despejos do perímetro urbano; e iniciou estudos para construção da rede de esgoto, concluída em 1912. A partir de 1904, ano da encampação da *Companhia Hydraulica Guahybense*, a municipalidade passou a administrar um serviço público de abastecimento de água e realizou sucessivos investimentos na expansão da rede.⁴⁵

Mas apesar das diversas iniciativas voltadas para a promoção da higiene e da saúde pública, os índices de doenças e mortalidade na Porto Alegre permaneceram elevados ao longo da Primeira República.⁴⁶ Sob este aspecto específico, cabe ressaltar que o jornal *A Federação* apresentava aos leitores uma interpretação demasiadamente positiva sobre a situação sanitária na capital sul rio-grandense. Reproduzindo o discurso dos documentos oficiais do governo – Relatórios da Diretoria de Higiene e Relatórios da Intendência – o jornal usava expressões como “regular”, “satisfatório” ou “bom” para descrever o quadro sanitário de Porto Alegre.

⁴⁵ RÜCKERT, A Intendência de Porto Alegre, op. cit., p. 139-157.

⁴⁶ Weber (1999) já havia constatado que a Porto Alegre da Primeira República apresentava índices elevados de mortalidade. In: WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense. 1889-1930*. Santa Maria/Bauru: UFSM/EDUSC, 1999. O recente estudo de Daniel Oliveira (2015) retomou o assunto apresentando uma interessante comparação entre a capital sul rio-grandense e outras cidades do Brasil no período entre 1880 e 1900. Focando sua análise na Taxa Bruta de Mortalidade (TBM), o autor constatou que Porto Alegre era uma cidade insalubre e com índices de mortalidade semelhantes aos do Rio de Janeiro e Salvador – cidades que possuíam uma população expressivamente superior. In: OLIVEIRA, Daniel. Uma cidade mais que insalubre: mortalidade em Porto Alegre ao final do século XIX sob perspectiva comparativa. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*. Vol. 7 Nº 14, Dezembro de 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.14295/rbhcs.v7i14.284>

Dentro de um contexto de grandes mudanças na morfologia da cidade e numa conjuntura de modernização do espaço urbano e de gradual expansão dos serviços públicos municipais, o problema da coleta e descarte das “matérias feças” não era o único que demandava respostas da municipalidade porto-alegrense: questões como a insuficiência no abastecimento de água, a fiscalização dos alimentos, a produção de estatísticas sanitárias, o destino do lixo, o ensino da higiene nas instituições escolares,⁴⁷ o funcionamento dos hospitais e da Casa de Correção, e o controle das epidemias também estavam relacionadas ao universo da higiene pública. Estas questões também foram contempladas pelo jornal *A Federação*, mas não estão incluídas neste artigo, pois excedem o recorte temático pré-fixado. Neste sentido, importa reconhecermos que a politização da higiene no Rio Grande do Sul – destacada nesta parte inicial do artigo a partir do problema das “matérias feças” em Porto Alegre – envolve outros temas e outros problemas. Felizmente, a historiografia sul-rio-grandense já possui um expressivo volume de estudos que contemplam as complexas relações entre a higiene/as doenças e as políticas de saúde pública.

A politização da higiene e o serviço de Asseio Público em Pelotas nas páginas da imprensa

A bibliografia sobre a história da cidade de Pelotas é ampla e diversificada nas suas abordagens temáticas. Autores como Pessi,⁴⁸ Assumpção⁴⁹ e Vargas⁵⁰ ofereceram importantes contribuições para o estudo das relações entre a escravidão, as charqueadas e o desenvolvimento econômico da Pelotas imperial. A arquitetura e as ações políticas voltadas para a modernização da

⁴⁷ KORNDÖRFER, Ana Paula. “*Melhor prevenir do que curar*”: a higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893-1928). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/melhor%20prevenir.pdf>>

⁴⁸ PESSI, Bruno Stelmach. *Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884)*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo, USP, 2012.

⁴⁹ ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: Escravidão e Charqueadas. 1780-1888*. Porto Alegre: FMC Editora, 2013.

⁵⁰ VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

cidade foram contempladas nos trabalhos de Gutierrez,⁵¹ Silveira⁵² e Xavier.⁵³ A gradual expansão da periferia e os problemas sanitários decorrentes da urbanização pelotense foram temas pesquisados por Soares⁵⁴, Moura⁵⁵ e Gill.⁵⁶ Os estudos realizados por historiadores, geógrafos e arquitetos, apesar de diversificados nos enfoques temáticos e nos recortes cronológicos, são importantes para compreensão das mudanças que ocorreram na cidade ao longo do Império e da Primeira República. Neste sentido, importa ressaltar que as discussões sobre higiene e saneamento publicadas na imprensa pelotense, registram uma parte das inquietações e insatisfações geradas pelo processo de urbanização ocorrido em Pelotas – processo intensificado nas duas décadas finais do século XIX e no primeiro decênio do século XX.

Nas décadas finais do Império, a imprensa pelotense registrou uma expressiva quantidade de textos referentes à falta de higiene pública na cidade. Os jornais *Correio Mercantil*, *Diário Popular* e *Opinião Pública*, publicaram editoriais, notícias e cartas descrevendo os problemas decorrentes da urbanização, dentre os quais estavam os cortiços, a demanda por água potável, o lixo nas ruas e o descarte incorreto das “materias fecaes”.⁵⁷ Os temas abordados eram os

⁵¹ GUTIERREZ, Éster J. B. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Pelotas: UFPEL, 2004.

⁵² SILVEIRA, Aline Montagna da. *De fontes e aguadeiros à penas d'água. Reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial no final do século XIX em Pelotas, RS*. Tese de Doutorado em Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.

⁵³ XAVIER, Janaina Silva. *O saneamento em Pelotas (1871-1915): o patrimônio sob o signo de modernidade e progresso*. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

⁵⁴ SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000)*. Tese de Doutorado em Geografia. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2002.

⁵⁵ MOURA, Rosa M. Garcia Rolim de. *Moradia popular e expansão urbana – as vilas proletárias pelotenses*. *História em Revista*, Pelotas, 79 - 96, v. 12, dez./2006; v. 13, dez./2007.

⁵⁶ GILL, Lorena Almeida. *A cidade de Pelotas (RS) e as suas epidemias (1890-1930)*. *História em Revista*. V. 11. Pelotas, dezembro/2005, p. 191-210. GILL, *O mal do século*, op. cit., 2007.

⁵⁷ O problema do descarte das “materias fecaes” em vias públicas que ocorria em Porto Alegre e Pelotas, no final do século XIX, também existia em outras cidades do Brasil imperial. Freyre abordou o mesmo problema na cidade do Recife. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. 15ª edição. São Paulo: Editora Global, 2004, p. 33. E com base nos estudos de autores como Casas-Orrego e Contreras-Utrera, sabemos que o descarte das “materias fecaes” em vias públicas existiu em diversas cidades latino-americanas no decorrer do século XIX. CASAS-ORREGO, Alvaro León. *Los circuitos del agua y la higiene urbana en la ciudad de Cartagena a comienzos del siglo XX*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. III (2), jul.-out., p. 347-375, 2000. CONTRERAS-UTRERA, Julio. *Entre la insalubridad y la higiene. El abasto de agua en los principales centros urbanos de Chiapas, 1880-1942*. Tuxtla Gutiérrez: Universidad Autónoma de Puebla, 2011.

mesmos, no entanto, os jornais apresentavam múltiplas interpretações sobre trabalho da municipalidade na promoção da higiene pública.

O jornal *Correio Mercantil* foi fundado em 1875 e sempre defendeu melhoramentos urbanos nas suas páginas. A partir de 1906, com a troca de proprietários, ele tornou-se um periódico ligado ao Partido Democrático e, conseqüentemente, assumiu uma postura mais crítica em relação ao governo do Partido Republicano Rio-Grandense.⁵⁸ A defesa do PRR em Pelotas coube ao *Diário Popular*, criado em 1890. Neste jornal, os problemas urbanos foram apresentados e discutidos a partir da perspectiva do governo. Cabe ressaltar que apesar de possuir vínculos com o PRR, em diversas ocasiões o *Diário Popular* também demonstrou preocupação com a falta de higiene na cidade e posicionou-se a favor da intervenção do poder público para coibir as práticas nocivas à salubridade urbana. O terceiro jornal pesquisado, o *Opinião Pública*, surgiu em 1896. Inicialmente ligado ao PRR, este periódico foi gradualmente assumindo uma postura de neutralidade política e concentrando suas atenções na diversificação e qualificação da sua pauta, ampliando o espaço das questões referentes à cultura, à economia e ao cotidiano da sociedade pelotense.

A observação dos vínculos entre a imprensa e os partidos políticos da época é um procedimento necessário para o uso dos jornais enquanto fontes documentais. No entanto, acreditamos que estes vínculos não devem ser supervalorizados pelos historiadores. Corretamente, Maria Helena Capelato nos adverte para o fato de que “os jornais têm especificidades que não permitem a identificação com os partidos porque são instituições de caráter, ao mesmo tempo, público e privado”.⁵⁹ Reconhecer o caráter público dos jornais significa aceitar que, apesar de serem formadores de opinião e de possuírem vínculos com o governo (via colaboração ou oposição), eles também possuem abertura para os interesses da sociedade civil e registram nas suas páginas, a percepção de segmentos da sociedade sobre os serviços públicos. Outra característica dos jornais, é a pretensão de construir uma narrativa sobre a realidade capaz de receber legitimidade e de ser aceita socialmente. Isto significa dizer que tanto na seleção, quanto na apresentação textual ou imagética dos fatos,

⁵⁸ LONER, Beatriz Ana. O projeto das ligas operárias no Rio Grande do Sul no início da República. Anos 90. Vol. 17, n. 31, p. 111-145, julho de 2010.

⁵⁹ CAPELATO, Maria Helena. História do Tempo Presente. A grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). História do Tempo Presente. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 304.

existe na imprensa uma “vontade de verdade” que deve ser cuidadosamente ponderada pelos historiadores.⁶⁰

Feita essa breve consideração sobre o uso dos jornais como fonte documental, podemos retornar ao tema destacado nesta seção do artigo. E dentro do conjunto de assuntos relacionados à higiene pública registrado na imprensa de Pelotas, importa destacar o problema do descarte das “materias fecaes”. No dia 05 de março de 1875, logo no primeiro ano de sua existência, o *Correio Mercantil* expressou sua preocupação com este problema, nos seguintes termos:

Há na cidade duas emprezas de materiais fecaes. [...] Não obstante isso, no centro da povoação os moradores de algumas casas transformam os seus quintaes em latrinas, cavam buracos pouco profundos e vão acumulando diariamente n’elles os despejos das suas casas. [...] a baldeação das materias fecaes faz-se a uma quadra do porto d’esta cidade e a algumas braças das habitações, á hora do dia, sem escrúpulo e nas condições mais desfavoráveis para a salubridade publica. [...] As valetas das ruas estão atulhadas de immundicie e não dão escoamento as aguas. [...] é urgentemente necessário que as administrações encarregadas de garantir a salubridade pública abandonem a indolencia em que se acham, e tratem de melhorar o péssimo estado de hygiene em que estamos collocados.⁶¹

Diante de um contexto de agravamento do quadro sanitário, as autoridades municipais empenharam-se na reformulação da legislação para obter maior controle sobre as práticas de higiene da população. Para preservar a salubridade urbana e coibir práticas consideradas nocivas à salubridade urbana, em 1878 a Câmara proibiu o despejo de “matérias fecais e águas residuais nas ruas, praças e pátios” e, posteriormente, em 1881, iniciou as chamadas “visitas higiênicas” para fiscalizar o cumprimento da legislação municipal (SOARES, 2000, p.189). Em 1885, entrou em vigor um novo Código de Posturas contendo diversas determinações voltadas para a manutenção da higiene pública.

Naquele contexto de aprimoramento da legislação municipal e de preocupações com a salubridade urbana, a adesão ao Asseio Público era opcional e, conseqüentemente, uma parte expressiva da população despejava os dejetos fecais nos quintais, nas ruas ou em terrenos baldios. Estas práticas de descarte provocavam protestos na imprensa.

⁶⁰ Uma interessante discussão sobre o uso dos jornais como fonte de pesquisa histórica foi apresentada por Tania Regina de Luca no texto “História dos, nos e por meio de periódicos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi, et. al. (Orgs.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-155.

⁶¹ *Correio Mercantil*. 05 de março de 1875. (BPP)

Queixam-se diversas pessoas, moradoras em ruas mais afastadas e até no centro da cidade, do intolerável abuso que cometem alguns moradores, fazendo em seus quintaes o despejo das matérias feacas, abrindo para isso covas pouco profundas, onde essas materias, expostas a uma temperatura elevada, fermentam, empestando a athmosphera. É mais do que justificada esta queixa. Na cidade há duas empresas que funcçionam regularmente e não temos motivo de queixa de seu serviço. O systema porque actualmente se faz o despejo da cidade esta longe de poder ser considerado bom; mas é enfim o único que por enquanto possuimos, ate que se consiga montar uma companhia, que leve por encanamentos, constantemente refrescados por água, o que hoje se conduz em carretas, que percorrem a cidade, exhalando mau cheiro. [...] não sabemos porque, talvez por economia, algumas pessoas, desprezando esse meio fácil e barato de fazer os despejos de suas casas, preferem incomodar a vizinhança e assim dar origem, em uma época de tão ardentes calores, a alguma epidemia, que se desenvolva por effeito de sua falta de limpeza, e da sua economia mesquinha e pouco lavada. A limpeza publica é a grande necessidade das populações desenvolvidas, como o é já a d'esta cidade.⁶²

Nesta citação, percebe-se uma insatisfação do autor do texto com as pessoas que descuidavam da higiene e não pagavam pelo serviço de Asseio Público. Este tipo de insatisfação foi registrado em diversas ocasiões nos jornais pelotenses consultados. Recorrentes, tanto no final do Império, quanto na Primeira República, as reclamações contra a falta de higiene e contra a resistência na adesão ao Asseio Público, expressavam uma crescente preocupação de determinados segmentos da sociedade com a salubridade do ambiente urbano. Obviamente, elas procediam de cidadãos que possuíam condições para suportar o custo do respectivo serviço, mas isto não diminui a importância das reclamações para a compreensão da politização da higiene que estava em curso nas principais cidades sul-rio-grandenses.

Partindo da premissa de que a imprensa seleciona determinados fatos do cotidiano urbano e os transforma em “produto comercial”, e considerando a imprensa como espaço privilegiado de exposição e confronto de opiniões divergentes, podemos afirmar que os textos sobre a falta de higiene pública registrados nos jornais de Pelotas, manifestavam a existência de uma esfera pública de discussões sobre eficiência (ou ineficiência) do governo na manutenção da higiene e, ao mesmo tempo, colocavam em pauta a responsabilidade de todos os membros da sociedade na conservação da salubridade urbana.

Quando a República foi proclamada, Pelotas estava passando por um período de grandes transformações. Conforme demonstram os estudos de Soares (2002) e Gutierrez (2004), a abolição da escravidão, o declínio na produção

⁶² *Correio Mercantil*. 29 de janeiro de 1875. (BPP)

do charque e a incipiente industrialização pelotense intensificaram o êxodo rural e o núcleo urbano recebeu um grande contingente populacional. Naquele contexto, as discussões sobre o saneamento e os problemas referentes à higiene pública ganharam importância na agenda da municipalidade e foram destacadas pela imprensa local. A coleta dos cubos com “materias feacas”, as condições de transporte destes cubos pelas ruas da cidade, assim como os locais e horários indicados pela municipalidade para os despejos eram assuntos frequentemente noticiados pelos jornais pelotenses.

Os textos referentes ao serviço de Asseio Público de Pelotas, publicados nos jornais pesquisados, não seguiam um padrão textual. Eles abordavam o assunto com diferentes perspectivas: alguns eram simples notas sobre a excessiva demora na remoção dos cubos em uma determinada rua da cidade, ou comentários sobre cubos que caíam nas ruas, provocando cenas desagradáveis para o público; outros reclamavam do horário da realização do serviço, das condições de higiene dos cubos ou da postura dos funcionários. Eventualmente, os periódicos publicavam textos que apresentavam uma visão mais ampla dos problemas que o Asseio Público enfrentava. E, observando a maneira como o assunto era tratado na imprensa pelotense, constatamos diferenças na posição dos periódicos pesquisados: o *Correio Mercantil* frequentemente criticava o Asseio Público e insistia na necessidade de uma rede de esgoto para a cidade; o *Diário Popular* colocava-se ao lado do governo, ressaltando o empenho da municipalidade para qualificar a remoção e a lavagem dos cubos; o jornal *Opinião Pública* fazia severas críticas às deficiências do Asseio Público e expressava preocupações com o quadro sanitário da cidade.

A valorização do Asseio Público na imprensa pelotense não pode ser dissociada das dificuldades enfrentadas pela municipalidade para providenciar a construção de uma rede de esgoto para cidade. Em 1887, a Câmara Municipal anunciou sua disposição para estudar projetos de saneamento que deveriam ser submetidos à apreciação de uma Comissão composta por engenheiros, médicos e autoridades públicas indicadas pelos vereadores. O projeto escolhido foi o do engenheiro francês Gregorio Howyan. Seguindo os procedimentos previstos na legislação da época, a Câmara encaminhou o projeto para a apreciação da Assembleia Provincial e recebeu autorização para realizar a contratação das obras. Os preparativos para a construção da rede de esgoto geraram expectativas na sociedade pelotense. No entanto, o projeto Howyan foi considerado tecnicamente incorreto e a municipalidade desistiu da sua execução.

Sem possuir condições financeiras para providenciar a construção da rede de esgoto, a Intendência de Pelotas concentrou suas atenções no serviço de Asseio Público. Em 1897, o jornal *Opinião Pública* registrou os problemas decorrentes deste serviço.

Interesses geraes – Em seu relatório, o digno delegado da hygiene qualifica de anti humanitário, perigoso, incommodativo e caro o serviço da remoção de matérias fecaes, feito pela Empreza Asseio Pelotense. E, condemnado o habito della fazer o despejo dos cubos na foz do Santa Bárbara, o que faz com que freqüentemente os detrictos, em vez de serem acarretados para o S. Gonçalo, refluam e fiquem fluctuando e infeccionando a atmosphera. Em sua opinião as matérias fecaes devem ser lançadas na foz do S. Gonçalo, onde o embate das ondas e o fluxo e refluxo das águas as dilluirão perfeitamente, transportando-as para o oceano. O abuso de defecar em quintaes e fazer sumidouros que alguns há até no centro da cidade, é uma das causas da insalubridade de Pelotas, onde, com uma população de cerca de 30.000 almas, houve no anno de 1895, 1200 óbitos! Avalia o distincto hygienista em 15 milhoes de kilogramas de resíduos orgânicos que annualmente ficam retidos nas habitações da cidade, envenenando a atmosphera e intoxicando os mananciaes d’agua; [...].⁶³

O conteúdo desta citação é um interessante registro da preocupação da imprensa com a eficiência do Asseio Público. O serviço era “perigoso, incommodativo e caro”; e o local de despejo dos cubos era inadequado. O mesmo texto também faz referência ao abuso dos “sumidouros” e ao acúmulo de “resíduos orgânicos” e indica a existência do medo da contaminação do ar e das águas. O medo das doenças foi um dos fatores que alimentou a preocupação com as práticas de higiene e fomentou o uso da imprensa como espaço de reivindicações pela qualificação e ampliação do Asseio Público em Pelotas. A mesma imprensa que registrou a insatisfação da sociedade, também acompanhou a discussão entre os adeptos e os críticos da adesão obrigatória ao serviço.⁶⁴

Quando um grupo de clientes insatisfeitos com o serviço de remoção e limpeza dos cubos decidiu suspender o pagamento feito para a empresa responsável pelo Asseio Público, o jornal *Opinião Pública*⁶⁵ considerou que a

⁶³ *Opinião Pública*. 18 de dezembro de 1897. (BPP)

⁶⁴ A discussão entre os adeptos e críticos da adesão obrigatória ao Asseio Público em Pelotas envolvia, de um lado, interesses econômicos como a qualidade, o custo e a regularidade do serviço oferecido, e as multas aplicadas pela municipalidade; e do outro, envolvia preocupações com a salubridade da cidade. O auge da discussão ocorreu em 1901 e foi registrada nas páginas do jornal *Opinião Pública*, nas seguintes datas: 12 de janeiro de 1901; 17 de janeiro de 1901; 26 de janeiro de 1901; 13 de fevereiro de 1901; 26 de fevereiro de 1901; 28 de fevereiro de 1901. (BPP). Cabe ressaltar que o mesmo assunto também foi noticiado nos jornais *Correio Mercantil* e *Diário Popular*.

⁶⁵ *Opinião Pública*. 12 de janeiro de 1901. (BPP)

atitude provocaria o agravamento do precário estado sanitário de Pelotas. Na interpretação deste jornal, a insalubridade da cidade era o resultado da combinação entre as “causas naturaes”, falta de asseio e práticas higiênicas nos cortiços e a insuficiência das ações do governo.

Cidade construída sobre um plateau, cujo declive é mais que insufficiente para o escoamento das águas [...] Pelotas encontra-se nas melhores condições para o desenvolvimento e aclimação de todas as moléstias de origem infecciosa. A estas causas naturaes que infuem poderosamente para a insalubridade local, vem juntar-se outras que, parecendo de menor importância por sua ação restrita, não deixam de contribuir com o seu contingente para a precária situação hygienica desta cidade. São ellas: os cortiços, onde impera o mais completo dessasseio; as fossas fixas abertas nos quintaes; e o despejo de águas servidas nos canos das casas ou nas sargetas das ruas.⁶⁶

Reagindo ao contexto marcado pela insatisfação com o serviço de Asseio Público e pela crescente reivindicação em prol da construção da rede de esgoto, a Intendência decidiu encampar a *Empreza Asseio Pelotense*. A encampação foi interpretada de forma negativa pelos jornais *Correio Mercantil* e *Opinião Pública* e ambos insistiram na necessidade do uso dos recursos públicos para a construção da rede de esgoto. Expondo sua posição sobre o empenho do intendente, Dr. Enedino Gomes, na encampação do Asseio Público, o jornal *Opinião Pública* escreveu: “[...] entendemos que esse serviço deve ser confiado a particulares, e não feito por administração, porque aquelles poderão melhor attender às necessidades e reclamações populares”.⁶⁷ No sentido oposto, o jornal *Diário Popular* interpretou a encampação como uma ação positiva da municipalidade em prol da higiene e da saúde da população. O assunto de fato era polêmico e os documentos consultados indicam que a iniciativa da encampação não era uma decisão consensual entre os membros do Conselho Municipal.⁶⁸ As discussões envolviam as seguintes dúvidas: Como a municipalidade poderia assumir um serviço que estava sendo criticado pela sociedade e que carecia de grandes investimentos para se tornar satisfatório? E como conciliar o custo da encampação do Asseio Público com a construção da rede

⁶⁶ *Opinião Pública*. 28 de fevereiro de 1902. (BPP)

⁶⁷ *Opinião Pública*. 03 de março de 1902. (BPP)

⁶⁸ As discussões no Conselho Municipal sobre a encampação da *Empreza Asseio Público Pelotense* receberam uma expressiva atenção da imprensa local. Na primeira sessão do Conselho, quatro conselheiros manifestaram-se a favor da liberação dos recursos solicitados pelo intendente para a encampação e quatro manifestaram-se contra, diante do impasse, o então presidente do Conselho Municipal, Sr. Guilherme Echenique, decidiu adiar a decisão. *Opinião Pública*. 24 de março de 1902. (BPP). Na segunda sessão em que o assunto foi discutido, o Conselho Municipal rejeitou a liberação do recurso para a encampação, frustrando a iniciativa do intendente. *Opinião Pública*. 29 de março de 1902. (BPP)

de esgoto – obra que por mais de dez anos estava sendo aguardada pela sociedade pelotense?

Apesar da existência de dúvidas entre as autoridades políticas e sanitárias, a primeira iniciativa de encampação foi proposta pelo intendente em 1902, e foi rejeitada pelo Conselho Municipal. No mesmo ano, a municipalidade lançou um Edital estabelecendo as condições para a realização do Asseio Público de Pelotas.⁶⁹ Uma única resposta foi recebida pela Intendência e ela partiu de Antonio Leivas Leite, o proprietário da *Empresa de Asseio Pelotense* que até então possuía a concessão do serviço. Leite alegou que não poderia cumprir todas as condições fixadas no Edital e apresentou sua contraproposta para apreciação da municipalidade.⁷⁰ No dia 15 de junho de 1902, a Intendência rejeitou a concessão do serviço para Antônio Leivas Leite, alegando que a sua proposta não atendia ao Edital e não tinha recebido apreciação positiva dos médicos da cidade. A rejeição foi seguida de novas discussões sobre as vantagens da encampação e o jornal *Opinião Pública* apresentou argumentos pró-encampação do serviço.

Asseio Pelotense – Tem fundamento a noticia de qua a municipalidade pretende chamar a si o serviço da remoção de matérias fecaes e de águas servidas, encampando a Empresa Asseio Pelotense. A medida daria os melhores resultados, quanto ao alargamento da empresa e consequente superioridade do serviço. Este seria obrigatório, a uma taxa razoavel, e o rendimento não podia deixar de ser fixo, exacto, todos os annos. Esta vantagem não pode caber a actual empresa, que conta um insignificante número de assignaturas, uma vez que a obrigatoriedade do cubo nunca foi seriamente imposta, sendo nullas as medidas tomadas neste sentido pela hygiene local. [...] Já se vê que há vantagem na encampação, desde que o serviço venha a ser bem attendido e que a retribuição exigida nunca ultrapasse as raias do que é razoavel e ao alcance de todos. Esperemos, pois, a melhor resolução deste problema interessante.⁷¹

Aquilo que o jornal *Opinião Pública* chamou de “problema interessante”, era também uma questão complexa e um assunto relevante para a saúde pública de Pelotas. Diante de um impasse na decisão sobre o futuro do Asseio Público, o serviço de remoção/despejo e lavagem dos cubos com matérias fecais e águas servidas continuou sendo feito provisoriamente pela *Empresa Asseio Pelotense*, apesar do encerramento do contrato entre ela e a municipalidade em maio de 1902. A situação irregular do serviço foi motivo de críticas

⁶⁹ *Correio Mercantil*. 28 de maio de 1902. (BPP)

⁷⁰ *Opinião Pública*. 30 de maio de 1902. (BPP)

⁷¹ *Opinião Pública*. 07 de janeiro de 1903. (BPP)

na imprensa que cobrava uma solução da Intendência.⁷² No final de 1903, as negociações entre a *Empresa Asseio Pelotense* e a Intendência foram concluídas⁷³ e o material usado no serviço foi adquirido pela municipalidade ao custo de 28:000\$.⁷⁴

Para assegurar a viabilidade financeira do Asseio Público, a Intendência instituiu a obrigatoriedade da adesão ao serviço e incluiu na Lei de Orçamento de 1904 uma tabela com as taxas que seriam cobradas pela remoção dos cubos.⁷⁵ Foi neste momento que uma parte da imprensa se posicionou contra a Intendência criticando o aumento das taxas cobradas.⁷⁶ Manifestando sua objeção, o *Correio Mercantil* publicou em seu editorial:

Augmento de preços – Insistamos neste assumpto dos preços dos serviços de limpeza pública, que acaba de augmentar a intendência, escolhendo para isto a pior das occasiões, quando são mais duras e negras as necessidades geraes. A aggravação de ônus tem sido o característico da actual administração local sem que se proporcione ao povo as vantagens correspondentes ao que de mais se lhe exige. Assim é no serviço de limpeza. Temos hoje o que tínhamos hontem, apenas com uma diferença – mas cara. Para a empresa que funcionava o negocio da remoção de cubos era rendoso; para a intendência ainda será mais rendoso, pelo augmento que tem de assignantes com o serviço obrigativo. Devia por isto, reduzir os preços, em vez disto, augmentar. Não se explica e não se justifica tal elevação.⁷⁷

Defendendo a Intendência das críticas, o jornal *Diário Popular* apresentou números sustentando que o serviço organizado pela municipalidade era mais barato do que o anterior e elogiou os investimentos que a Intendência estava realizando na compra de novos cubos, na reforma dos veículos e na aquisição da antiga Charqueada Valladares – local escolhido para a instalação dos equipamentos e veículos usados na coleta e limpeza dos cubos.⁷⁸ Os argumentos usados pelo *Diário Popular* foram contestados pelo *Correio Mercantil* que continuou protestando contra as taxas fixadas pela municipalidade. Cada um destes jornais produziu uma interpretação para as taxas criadas pela Intendência e ambos divergiam a respeito de como o serviço de Asseio

⁷² *Correio Mercantil*. 12 de fevereiro de 1903 – 19 de fevereiro de 1903 – 20 de março de 1903 – 30 de junho de 1903 – 16 de setembro de 1903. (BPP)

⁷³ *Correio Mercantil*. 30 de dezembro de 1903. (BPP)

⁷⁴ *Diário Popular*. 30 de dezembro de 1903. (BPP)

⁷⁵ *Diário Popular*. 06 de janeiro de 1904. (BPP)

⁷⁶ *Opinião Pública*. 06 de janeiro de 1904 – 07 de janeiro de 1904; *Correio Mercantil*. 06 de janeiro de 1904. (BPP)

⁷⁷ *Correio Mercantil*. 07 de janeiro de 1904. (BPP)

⁷⁸ *Diário Popular*. 8 de janeiro de 1904. (BPP)

Público deveria ser conduzido: o *Correio Mercantil* alegava que o lucro visado pelo aumento era desnecessário e que a prioridade do governo deveria ser o de facilitar o acesso ao Asseio para os mais pobres;⁷⁹ o *Diário Popular*, por sua vez, respondia que obter lucro não era o objetivo da Intendência e que a prioridade era gerar os recursos necessários para a qualificação e expansão do serviço.⁸⁰ Divergências a parte, as taxas criadas pela Intendência foram repassadas para os usuários do Asseio Público e no decorrer do ano de 1904, o despejo e a lavagem dos cubos passaram a ser feitos na antiga Charqueada Valladares, nas margens do Canal São Gonçalo. A Intendência também providenciou a compra de mil cubos metálicos para substituir os velhos cubos de madeira, usados na remoção das fezes.⁸¹ O objetivo era expandir e qualificar um serviço que era considerado relevante para a manutenção da salubridade urbana. E considerando os números coletados por Soares, podemos afirmar que a municipalidade obteve êxito neste objetivo.

Quadro 1: expansão do Serviço de Asseio Público em Pelotas

Ano	Número de usuários do Asseio Público
1903	1.700
1904	2.106
1905	2.504
1906	3.242
1907	3.278
1908	3.390
1909	3.893
1910	4.304

Fonte: SOARES, op. cit., p. 96.

As mudanças na gestão do Asseio Público encaminhadas após a encampação do serviço provocaram algumas polêmicas na sociedade pelotense. Em 1905, logo no primeiro ano da realização dos despejos do Asseio Público na antiga Charqueada Valladares, ocorreu um surto de febre tifóide na cidade. O Centro Médico de Pelotas discutiu o assunto na sessão do dia 25 de maio de

⁷⁹ *Correio Mercantil*. 07 de janeiro de 1904 – 09 de janeiro de 1904 – 12 de janeiro de 1904. (BPP)

⁸⁰ *Diário Popular*. 08 de janeiro de 1904 – 10 de janeiro de 1904 – 13 de janeiro de 1904. (BPP)

⁸¹ *Diário Popular*. 22 de junho de 1904. (BPP)

1905 e nomeou uma Comissão para investigar os motivos do surto ocorrido naquele verão.⁸² A Comissão foi composta pelos médicos José Maria Moreira, Simões Lopes e Drummond de Macedo e os seus membros concluíram que os despejos fecais realizados pela Intendência no São Gonçalo provocaram o aparecimento dos casos de febre tifóide naquela área da cidade. Depois de discutir o parecer da Comissão, a Sociedade de Medicina produziu um documento encaminhado ao intendente, Dr. Cypriano Barcellos, atribuindo o crescimento dos casos de febre tifóide ao novo local de despejo dos cubos do Asseio Público.⁸³

O intendente respondeu apontando a ausência de exames bacteriológicos nos estudos feitos pela Comissão e comprometeu-se em providenciá-los para comprovar que não havia uma relação entre os despejos fecais na Charqueadas Valladares e os casos de febre tifóide registrados na cidade.⁸⁴ A acusação também foi rebatida em textos publicados na imprensa pelo então Delegado de Higiene Municipal, Dr. José Calero.⁸⁵ Com base nas estatísticas sanitárias e em cálculos sobre a capacidade de diluição das “materias fecaes” despejadas nas águas do canal São Gonçalo, Calero alegou que os casos de febre tifóide registrados no verão de 1905, não estavam relacionados ao novo local do despejo do Asseio Público.⁸⁶ Na opinião deste médico, a doença foi transmitida pela contaminação de uma fonte que havia sido localizada e interdita pela Intendência.⁸⁷

⁸² *Diário Popular*. 25 de junho de 1905. (BPP)

⁸³ Em matéria publicada no dia 29 de julho de 1907, o jornal *Correio Mercantil* reproduziu alguns trechos do documento elaborado pela Comissão do Centro Médico de Pelotas a respeito dos casos de febre tifóide nas margens do São Gonçalo; desta matéria, destaco a seguinte parte: “Pois bem, é por todas essas considerações que vimos adduzindo, por essa serie numerosa de factos, pesquisas e conclusões, que a comissão acredita que a epidemia de febre typhoide na margem esquerda do S. Gonçalo se tenha se desenvolvido e propagado, á custa desse próprio rio, por intermédio da matéria fecal que transita em suas águas. [...] a comissão chega a seu termo, convencida de que pode affirmar que a epidemia recentemente desenvolvida na costa deste rio, tem como causa – a polluição de suas águas por detritos orgânicos, contendo germens de infecção ebertheriana, e como origem – o ponto de despejo das matérias fecaes, na xarqueada Valladares”. *Correio Mercantil*. 29 de julho de 1907. (BPP)

⁸⁴ *Diário Popular*. 27 de junho de 1905. (BPP)

⁸⁵ *Opinião Pública*. Saúde Pública. 02 de janeiro de 1905. *Opinião Pública*. 07 de junho de 1905. *Opinião Pública*. 09 de junho de 1905. *Diário Popular*. 03 de junho de 1905. (BPP)

⁸⁶ *Diário Popular*. 03 de junho de 1905.

⁸⁷ Os documentos indicam que mesmo sem assumir a responsabilidade pela ocorrência da febre tifóide na área em torno da Charqueada Valladares, a municipalidade providenciou medidas de profilaxia. No dia 09 de fevereiro de 1905, em uma nota intitulada “Cabungo para os pobres”, o *Correio Mercantil* noticiou: “Hygiene local – Por determinação do Dr. delegado de hygiene, foram collocados cubos, para despejo de matérias fecaes, nas casas de pessoas pobres, em diversos pontos da cidade, sendo também desinfectados os respectivos prédios. Esta providencia foi tomada pela autoridade sanitária por suspeita de se haverem dado casos de febre typhica”.

Explorando o crescimento dos casos de febre tifóide na margem esquerda do São Gonçalo, o *Correio Mercantil* publicou dois editoriais intitulados “Saúde Pública”, apontando problemas no serviço de Asseio Público realizado pela Intendência.⁸⁸ Mantendo a sua linha de defesa do governo municipal, o *Diário Popular* respondeu:

Saúde Publica – Adoptamos o mesmo titulo com que o Correio Mercantil terminou suas considerações relativas as condições de hygienicas do asseio publico. [...]. Muito ao contrario do que affirma o Correio, elle está melhorando e produzindo os effeitos desejados. A mudança do local dos despejos por si só contribuiu mais para o melhoramento da hygiene do que quaesquer considerações formuladas de parti pris, e a remoção é hoje feita em igualdade de condições ao que é feito em outras cidades que tem serviço equivalente. O material é substituído na medida das necessidades e adapta-se perfeitamente ao fim. Não é de um serviço assim feito, regularmente, que podem provir perigos para a saúde publica. Si ha quem descure tanto da hygiene privada ao ponto de derramar nos canos immundicies, a culpa não é do serviço da intendência e sim de quem desconhece os inconvenientes resultados do facto acima apontado. Demais, o poder municipal, empenhado, como se acha, em dotar a cidade com um completo serviço de exgottos, unico capaz de resolver, definitivamente, o problema da hygiene publica, não pode nem deve fixar a sua attenção em desenvolver o existente, que é considerado provisório. Seria um contra senso estar a despendere grandes capitaes em um serviço de caracter provisório, quando se cogita do definitivo. O que ahi esta satisfaz perfeitamente e acha-se em estado de poder aguardar as installações projectadas e que, no ponto em que chegaram as negociações, não podem tardar muito. [...].⁸⁹

Cabe ressaltarmos que, no intuito de defender a qualidade do trabalho da Intendência na área da higiene pública, o jornal *Diário Popular* reconheceu que o Asseio Público era um serviço “provisório” e que a prioridade do governo estava dirigida para a construção de uma rede de esgoto para Pelotas.

Depois da fracassada experiência do projeto Howyan, a municipalidade contratou o engenheiro paulista Alfredo Lisboa para avaliar a viabilidade técnica das obras de saneamento que a cidade desejava. Lisboa esteve pela primeira vez em Pelotas em 1900, para elaborar um parecer técnico sobre as obras de saneamento projetadas pelo engenheiro Guilherme Ahrons; nesta ocasião, ele coletou dados sobre a topografia e a hidrografia local, propôs a construção de uma rede de esgoto e sugeriu obras para ampliar a captação de água.⁹⁰ Dez anos

⁸⁸ *Correio Mercantil*. 17 de julho de 1907 – 25 de julho de 1907. (BPP)

⁸⁹ *Diário Popular*. 27 de julho de 1907. (BPP)

⁹⁰ Na documentação consultada, não foi possível localizar o projeto elaborado por Alfredo Lisboa, em 1900. Alguns tópicos deste primeiro projeto são retomados pelo autor em 1910, no documento intitulado *Relatório sobre o projecto definitivo para os serviços de água e esgotos para a cidade de Pelotas em 1910. Apresentado ao Intendente Municipal Engenheiro, José Barboza Gonçalves pelo Engenheiro civil, Alfredo Lisboa*. Pelotas: Oficinas do Diário Popular, 1911.

depois, ele retornou à cidade para elaborar um projeto definitivo e apresentar novos orçamentos para a municipalidade. Acompanhado pela imprensa e por autoridades políticas, Lisboa fez novas medições no volume de água oferecido pelos mananciais da região, indicou um novo ponto para captação, propôs a construção de um sistema de tanques com filtros para o tratamento da água, recomendou alterações na declividade dos coletores de esgoto e apresentou orçamentos para as obras projetadas.⁹¹

O projeto apresentado por Alfredo Lisboa em 1910 foi aprovado pela Intendência que encaminhou os procedimentos necessários para viabilizar a sua execução. Um dos procedimentos foi a criação da Comissão Municipal de Saneamento, encarregada de realizar as licitações e a compra do material previsto no projeto. No período entre 1911 e 1915, as obras de saneamento em Pelotas foram uma prioridade para a Intendência e, ao mesmo tempo, foram um assunto de grande repercussão na imprensa local.⁹²

A criação da rede de esgoto, protelada por mais de 20 anos, foi uma expressiva interferência do governo nos hábitos de higiene da população pelotense. A obrigatoriedade da adesão à rede coletora, a taxa que seria cobrada pela Intendência e o custo das instalações domiciliares geraram preocupações na população. Para esclarecer como o novo serviço seria executado, o engenheiro Octacílio Pereira – membro da Comissão Municipal de Esgotos – concedeu uma entrevista ao jornal *Opinião Pública*, explicando o funcionamento da rede esgoto que estava sendo implantada:

[...] A intendência levará até a beira do passeio o encanamento da rede geral; dali para o interior do prédio correrá elle por conta do proprietário. A instalação sanitária domiciliar comporta a descarga dos banheiros, dos lavabos, das pias de cozinha e dos water closets; uns jorrando para as caixas de gordura, outros para os syphons autoventilados por esta forma irão para o exgotto todos os dejetos líquidos domésticos, sendo as latrinas dotadas de ventilação directa

⁹¹ Segundo dados apresentados por Saturnino de Brito, o projeto elaborado por Alfredo Lisboa em 1910, estava organizado nos seguintes planos: “a) nos melhoramentos no tratamento e na adução das águas do Moreira, que abasteciam e ainda abastecem a cidade; no futuro seria aduzido o Micaela; b) na adução de 10.000 m³ do Quilombo, por conducto de 0,50 de diâmetro, sendo as águas igualmente tratadas por filtração; c) nos melhoramentos e extensão da rede de distribuição, tornados de mais fácil e segura execução após a encampação dos serviços afetados à Companhia Hydraulica”. BRITO, Saturnino de. *Obras Completas de Saturnino de Brito. Volume XIII. Projetos e Relatórios. Saneamento de Pelotas, Teófilo Otoni e Poço de Caldas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

⁹² Dentre os textos jornalísticos referentes às obras de saneamento realizadas em Pelotas no período de 1911 a 1915, importa destacarmos: *Opinião Pública*. 21 de agosto de 1911. *Correio Mercantil*. 25 de agosto de 1911. *Diário Popular*. 31 de outubro de 1911. *Opinião Pública*. 30 de dezembro de 1911. *Diário Popular*. 07 de junho de 1912. *Opinião Pública*. 04 de abril de 1912. *Diário Popular*. 07 de novembro de 1913. *Opinião Pública*. 02 de setembro de 1914. *Diário Popular*. 15 de fevereiro de 1914. *Opinião Pública*. 30 de dezembro de 1914. *Correio Mercantil*. 07 de fevereiro de 1915. *Correio Mercantil*. 14 de abril de 1915. (BPP)

ou invertida. Para a instalação apresentará o requerente uma planta do prédio neste será então projectada a instalação domiciliar, a ser executada. É livre ao interessado munirse das louças e aparelhos que lhe forneça o comércio, contando que estejam de acordo com os modelos geraes adoptados. [...] O pagamento à municipalidade obedece a um critério de todo o ponto liberal, pois será parcelado e cobrado dentro dos prazos previamente marcados, isto em relação aos pequenos proprietários e sob recquisição sua. [...]. Resta que as coisas se façam como devem ser feitas; uma rede de exgottos é uma espada bigume: ou é um resguardo ou é um foco de calamidades.⁹³

Quando Octacílio Pereira concedeu esta entrevista, o saneamento de Pelotas estava ingressando numa nova fase: o antigo serviço de Asseio Público foi substituído pela rede de esgoto na área central da cidade, e a partir de 18 de novembro de 1913, o *Regulamento Sanitário de Pelotas* passou a vigorar, definindo as regras para as instalações sanitárias e para as conexões entre as residências e a rede de esgoto. Depois da conclusão das obras projetadas por Alfredo Lisboa, o problema da coleta e descarte das “materias fecaes” perdeu importância e as discussões sobre a higiene pública em Pelotas foram gradualmente direcionadas para outros assuntos.

Considerações finais

O recorte temático apresentado neste artigo insere-se no conjunto dos estudos de história que exploram as relações entre a imprensa, a sociedade e o poder público. Neste sentido, importa reconhecermos que o interesse dos historiadores brasileiros pela imprensa, seja como fonte documental ou como veículo de construção e difusão de imaginários e representações, cresceu nas últimas décadas.

No caso específico da pesquisa sobre a politização da higiene na imprensa do Rio Grande do Sul, foi possível identificar quatro aspectos relevantes nos textos jornalísticos consultados: (1) a preocupação com a coleta e descarte das “materias fecaes”; (2) as discussões sobre a eficiência – ou ineficiência – do governo na promoção da higiene pública; (3) a participação de médicos e engenheiros no enfrentamento dos problemas que prejudicavam a salubridade urbana; (4) a percepção de que a manutenção da higiene pública demandava investimentos do governo e colaboração da sociedade.

O controle sobre a coleta e o descarte das “materias fecaes” demonstrou-se complexo, tanto em Pelotas, quanto em Porto Alegre. Inicialmente, as duas cidades concederam a exploração do Asseio Público para particulares e a adesão ao respectivo serviço não era obrigatória. Posteriormente, diante das

⁹³ *Opinião Pública*. 24 de janeiro de 1914. (BPP)

reclamações dos usuários e do crescente risco de transmissão de doenças pelo descarte incorreto do esgoto, as municipalidades de Porto Alegre e Pelotas assumiram a administração do Asseio Público e tornaram obrigatória a adesão dos proprietários. Criou-se assim, uma solução política para o problema da coleta e descarte das “materias feacas”.

Conforme o artigo demonstrou, as notícias sobre o funcionamento do Asseio Público nas cidades de Porto Alegre e Pelotas foram acompanhadas de um crescente interesse da imprensa pela construção das redes de esgoto. Em Pelotas, a posição da imprensa oscilou entre o apoio ao trabalho da Intendência na qualificação e ampliação do Asseio Público e as críticas pela demora na construção da rede de esgoto. Em Porto Alegre, o jornal *A Federação* registrou em suas páginas a polêmica gerada em torno do “aparelho dissolutivo”. Nesta polêmica, estavam envolvidos médicos e engenheiros: os primeiros contribuíram para a difusão e significação social dos conceitos de limpo/sujo, salubre/insalubre, água poluída/água potável; fomentando a presença das questões referentes à higiene pública na imprensa; e os engenheiros, por sua vez, concentraram suas ações no estudo dos recursos hídricos, na composição química das águas, na topografia e nos cálculos necessários para criar obras de saneamento adequadas para a demanda de cada cidade.

Com base na pesquisa realizada, podemos afirmar que a municipalização do Asseio Público, tanto em Pelotas, quanto em Porto Alegre, não foi consensual e, ao mesmo tempo, foi condicionada a insuficiência dos recursos técnicos e financeiros necessários para construir as redes de esgoto. Os problemas de higiene pública relacionados ao saneamento enfrentados nas duas cidades, e as iniciativas para combatê-los, foram registrados pela imprensa da época – uma imprensa que demonstrou um expressivo interesse pela discussão sobre as intervenções do governo nos hábitos de higiene da sociedade sul-rio-grandense.

Acervos documentais consultados

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Velinho (AHPAMV).

Biblioteca Pública de Pelotas (BPP).

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital (BNRJ-HD)

Artigo recebido para publicação em 24/07/2016

Artigo aprovado para publicação em 10/11/2016